

Contas Enxutas

*dívida**público*

Em outros países, o fato mereceria no máximo um pé de página. Mas, no Brasil, onde o déficit público é doença crônica da economia, o equilíbrio e o corte de gastos dos estados e municípios ganham justo destaque nas primeiras páginas dos jornais e no noticiário da TV. Como se ensina nas escolas de comunicação, se o cachorro morde o dono, não existe notícia. Mas se o dono morde o cachorro, é leitura garantida. *Modus in rebus*, os dados sobre gastos públicos divulgados pelo Banco Central são acontecimento fora do comum. De janeiro a maio, os estados registraram o superávit histórico de R\$ 3,4 bilhões. De maio a maio, as receitas ultrapassaram as despesas (sem considerar os juros) em R\$ 4,3 bilhões. O governo federal obteve resultado positivo de R\$ 3,2 bilhões e o acumulado de janeiro a maio atingiu R\$ 21,9 bilhões – R\$ 5 bilhões acima da meta para o semestre acertada com o Fundo Monetário Internacional.

O desempenho das contas públicas vem confirmar o excelente momento que vive a economia brasileira. Entre as explicações para o controle das despesas, o Banco Central destaca a renegociação das dívidas estaduais, as concessões de rodovias e serviços públicos de saneamento a empresas privadas e o aumento de arrecadação de ICMS. Os velhos vícios ficaram por conta das prefeituras, que acumularam déficit de R\$ 51 milhões em maio, por causa de despesas de cunho eleitoreiro. Essa cifra, porém, não tem peso suficiente para macular o todo.

Governadores e prefeitos parecem mais próximos da consciência de que a boa administração não se faz à base de ganância irresponsável e endividamento sem fim. Também estão abandonando – por força de lei, e também por evolução cultural – os ranços de nepotismo e paternalismo que tanto estrago fizeram aos cofres públicos. Não se afaga mais o funcionalismo com a mão aberta do passado. Começa a prevalecer o regime de competência, e foi abandonada a prática de conceder reajustes incompatíveis com o orçamento. Os políticos aprenderam a lição: austeridade traz votos, pois o eleitor sabe que contas enxutas são a pedra de toque que assegura a estabilidade da moeda. Quem não enxergar o óbvio e insistir nos desvios populistas estará fadado à desmoralização e ao ostracismo.

Tudo indica que a administração pública inicia um ciclo virtuoso. Falta pouco para o serviço ficar completo. Um passo importante nesse sentido deverá ser dado obrigatoriamente pelo próximo presidente da Câmara dos Deputados. Trata-se da cirurgia radical na concepção e na metodologia de trabalho da Comissão do Orçamento. O regime, que permite emendas interessadas e interesseiras de deputados e senadores, apresenta um convite à despesa desordenada. É uma fonte de corrupção e desequilíbrio das finanças públicas. Não se justifica nestes novos tempos. As emendas parlamentares ao Orçamento, no figurino atual, estão com os dias contados.